



Patrimônio cultural e política pública: a contribuição do serviço social no canteiro modelo de conservação Vila Boa - Ybipitanga (Goiás- GO)

Cultural heritage and public policy: the contribution of social work in the Vila Boa Model conservation site – Ybipitanga (Goiás, Brazil)

Álison Cleiton de Araújo

Doutor em Serviço Social
Universidade Federal de Goiás – Campus Goiás
<https://orcid.org/0000-0003-4564-7820>
alisonufg@ufg.br

Nota editorial:

Este artigo é uma versão revisada de trabalho selecionado no *fast-track* do Conviver 2025 – Habitação Popular: Patrimônio Nacional para publicação na Revista REGRASP.

Histórico do artigo

Recebido: 29 mar. 2026

Aprovado: 06 abr. 2026

Publicado: 06 abr. 2026

RESUMO

O artigo analisa a contribuição do Serviço Social no Projeto de Extensão Ybipitanga – Canteiro Modelo Vila Boa, na Cidade de Goiás (GO), como experiência que articula preservação do patrimônio cultural e proteção social. Parte-se do reconhecimento de que, em áreas tombadas, a preservação tem sido historicamente orientada por uma racionalidade técnico, dissociada das condições de vida das famílias residentes. O estudo investiga como o Serviço Social intervém na mediação entre o direito ao patrimônio cultural, à moradia e à permanência no território. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada na sistematização da experiência, análise documental e das práticas técnico-operativas do projeto. Os resultados indicam que o Serviço Social foi central na construção de um arranjo institucional intersetorial, com destaque para a produção de leituras sociais da área tombada, articulação com a rede socioassistencial, mobilização comunitária, valorização de saberes tradicionais e a institucionalização de um Fluxo de Atendimento em parceria com o IPHAN e a gestão municipal. Conclui-se que a experiência contribui para afirmar o patrimônio cultural como direito coletivo e para consolidar respostas públicas orientadas pela proteção social, pela participação e pelo direito à cidade.

Palavras-chave: serviço social; patrimônio cultural; proteção social; Ybipitanga; políticas públicas.

ABSTRACT

This article analyzes the contribution of Social Work within the Ybipitanga Extension Project – Canteiro Modelo Vila Boa, in the City of Goiás (GO), as an experience that articulates cultural heritage preservation and social protection. It is based on the recognition that, in protected heritage areas, preservation has historically been guided by a technical rationale, often dissociated from the living conditions of resident families. The study investigates how Social Work intervenes in mediating the right to cultural heritage, housing, and the right to remain in the territory. This is a qualitative study, based on the systematization of the experience, documentary analysis, and the examination of the project's technical-operational practices. The results indicate that Social Work played a central role in building an intersectoral institutional arrangement, particularly through the production of social assessments of the protected area, articulation with the social assistance network, community mobilization, valorization of traditional knowledge, and the institutionalization of a Service Flow in

partnership with IPHAN and the municipal administration. The study concludes that this experience contributes to affirming heritage as a collective right and to consolidating public responses oriented toward social protection, participation, and the right to the city.

Keywords: social work; cultural heritage; social protection; Ybipitanga; public policies.

Introdução

A preservação do patrimônio cultural no Brasil constitui um campo atravessado por tensões culturais, políticas e estruturais que incidem sobre os sentidos, usos e diretrizes que orientam a valorização e a proteção de bens culturais coletivos (Motta, 2020; Name & Zambuzzi, 2019; Smith, 2021; Oliveira, 2024). No contexto atual, tais tensões são intensificadas pelo aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, particularmente visíveis nos territórios tombados. Nessas áreas, as políticas públicas de preservação, historicamente orientadas por uma racionalidade técnica centrada nos discursos autorizados (Oliveira, 2025), têm se mostrado frequentemente dissociadas das condições concretas de reprodução social das populações residentes, marcadas por famílias com baixa renda, submetidas à precariedade habitacional e à insuficiência de políticas públicas. Esse hiato manifesta-se de forma aguda em municípios como a cidade de Goiás (GO), reconhecida como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em 2001, cuja coexistência entre a proteção do conjunto histórico edificado e a precariedade das condições de moradia explicita as contradições entre a preservação do patrimônio cultural e a efetivação do direito à moradia e à cidade.

Nesse contexto, iniciativas recentes no âmbito federal sinalizam a construção de novos referenciais para o enfrentamento dessas contradições, a exemplo do Programa Conviver (Iphan, 2025), que tem impulsionado a implementação dos “Canteiros-modelo de Conservação” como estratégia de articulação entre preservação do patrimônio cultural e proteção social.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a contribuição do Canteiro Modelo Vila Boa de Conservação na cidade de Goiás e, de modo particular, a intervenção do Serviço Social no respectivo projeto com foco na articulação entre preservação do patrimônio cultural, direito à moradia e permanência de famílias em situação de desproteção social na área tombada da cidade de Goiás-GO. Para tanto, busca-se examinar a relação entre desigualdade social, moradia e preservação no sítio histórico da cidade de Goiás; identificar as estratégias técnico-operativas, ético-políticas e interinstitucionais desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito do projeto e analisar o Fluxo de Atendimento Institucional e Social como expressão de mediação entre políticas de patrimônio cultural e proteção social.

Parte-se de uma questão central ao pensar a implementação dos canteiros-modelo de conservação: como o Serviço Social constrói respostas públicas que articulem preservação

do patrimônio cultural e permanência de famílias em situação de desproteção social nas áreas tombadas? Defende-se que o Serviço Social, no âmbito do Projeto de Extensão Ybipitanga – Canteiro Modelo Vila Boa, contribui para a preservação do patrimônio cultural em uma perspectiva pública, territorial e socialmente referenciada, articulando o direito ao patrimônio, o direito à moradia e o direito à permanência de famílias em situação de desproteção social na área tombada da cidade de Goiás-GO.

Para atender a essas indagações e objetivos, além desta introdução, elabora-se um tópico sobre o Canteiro Modelo Vila Boa – Ybipitanga, o contexto socio-histórico da cidade de Goiás – GO e sua realidade socioeconômica. No segundo tópico, abordam-se as contribuições do Serviço Social no Canteiro Modelo, apresentando as potencialidades e desafios históricos de intervenção social.

Desenvolvimento

1. CANTEIRO MODELO DE CONSERVAÇÃO VILA BOA - YBIPITANGA NA CIDADE DE GOIÁS – GO: Novas perspectivas de preservação do patrimônio cultural

A preservação do patrimônio cultural no Brasil configura-se como uma arena atravessada por disputas políticas, econômicas, simbólicas e ideológicas. Como destaca Oliveira,

A preservação dos sítios urbanos no Brasil é historicamente marcada por conflitos e tensões inesgotáveis, sobretudo entre sociedade e órgãos de preservação. No decorrer do século XX, as ampliações conceituais, construções de transversalidades entre disciplinas diversas complexificaram o debate, rebatendo nas formulações de políticas e as estratégias de ações de preservação e conservação. A virada do século XXI, ao trazer a perspectiva do patrimônio imaterial, certamente atravessou o entendimento do patrimônio das e nas cidades, âmago de muitas das convergências entre expressões, saberes, celebrações, ritos em suas materialidades. Contudo, listados alguns pontuais sucessos nessa trajetória como o Programa Cidades Históricas ou Monumenta, prevalece uma prática de preservação que se ocupa mais dos aspectos da substância material, sejam artísticos ou históricos dos bens culturais urbanos do que das intrínsecas dinâmicas socioculturais e econômicas que entrecruzam direitos, como o direito à cidade ou à moradia de qualidade (Oliveira, 2024, p. 01).

Nesse contexto, emergem propostas contemporâneas que indicam mudanças paradigmáticas, ao reposicionar a preservação cultural a partir da articulação entre

participação social, proteção social e mobilização interinstitucional. Em particular, o Programa Conviver, instituído pelo Departamento de Patrimônio Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEPAM/IPHAN), no ano de 2023, desenvolvida em parceria com diversos atores locais (Iphan, 2025). Tais iniciativas buscam não apenas assegurar a conservação dos bens tombados, mas também garantir a permanência digna de famílias em situação de desproteção social nos territórios historicamente preservados.

O Programa Conviver, desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), constitui uma estratégia inovadora de gestão colaborativa do patrimônio cultural, voltada especialmente às populações de baixa renda residentes em cidades históricas. Ao reconhecer essas comunidades como sujeitos centrais na preservação, o programa promove a articulação entre saberes técnicos e conhecimentos tradicionais, oferecendo assistência técnica gratuita para a conservação de imóveis, espaços públicos, práticas e modos de vida (Iphan, 2025).

O programa materializa-se nos Canteiros-Modelo de Conservação, entendidos como espaços de ensino-aprendizagem que integram universidades, institutos federais e comunidades locais, possibilitando a troca de conhecimentos entre diferentes áreas profissionais e os moradores. Ao priorizar técnicas construtivas tradicionais e a valorização dos saberes locais, o Conviver amplia o sentido da preservação para além da materialidade dos bens, incorporando dimensões sociais, culturais e educativas. Em processo de expansão nacional, com implantação em diversas cidades e investimentos significativos desde 2023, o programa afirma-se como uma política pública que reposiciona o patrimônio cultural como direito coletivo e como campo estratégico de inclusão social e permanência territorial (Iphan, 2025).

O Programa Conviver, concebido como uma rede estratégica dos Canteiros-Modelo de Conservação, cuja proposta busca articular Instituições de Ensino Superior, Prefeituras Municipais e as comunidades na construção de soluções conjuntas para preservação do patrimônio cultural material acautelados pelo Iphan. Trata-se de mecanismo institucional que articula soluções conjuntas para conservação e habitação em áreas tombadas, priorizando os direitos sociais dos seus detentores (Iphan, 2025, p.9).

Essa abordagem vem ganhando densidade no cenário nacional por meio dos Canteiros Modelo de Conservação. No caso da Cidade de Goiás, antiga capital do estado, tombada em 1951 e 1978, com retificação em 2004, e reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2001, a implantação do Canteiro Modelo Vila Boa materializa essa estratégia por meio da articulação com os cursos do Campus Goiás da Universidade Federal de Goiás.

O Canteiro Modelo Vila Boa - Ybipitanga desenvolve ações que envolvem processos formativas de preservação do patrimônio cultural, elaboração de projetos arquitetônicos, acompanhamento de obras, capacitação em técnicas construtivas tradicionais e produção de conhecimento. A abordagem do canteiro representa uma inflexão nas políticas de preservação do patrimônio no Brasil, ao deslocar o foco exclusivo na conservação material para a incorporação das dimensões sociais da vida urbana, enfatizando a permanência das comunidades e a mediação das desigualdades socioeconômicas presentes nesses territórios.

O Canteiro Modelo Vila Boa estrutura sua atuação a partir de três frentes principais e articuladas:

- (i) a realização de inventário de varredura do conjunto edificado, com vistas à produção de diagnóstico técnico sistemático sobre as condições de conservação dos imóveis na cidade de Goiás;
- (ii) o levantamento de dados sociais das famílias residentes, permitindo a identificação de situações de vulnerabilidade e a integração entre preservação patrimonial e demandas sociais; e
- (iii) a elaboração de projetos arquitetônicos de restauração de bens tombados, especialmente aqueles enquadrados no artigo 19 do Decreto-Lei nº 25 de 1937. Nesse âmbito, a pactuação estabelecida por meio do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) prevê o fluxo institucional de demandas oriundas do Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), viabilizando ao Canteiro Ybipitanga o desenvolvimento de projetos e o acompanhamento técnico de obras. Inicialmente, foram encaminhados quatro processos de salvaguarda vinculados ao artigo 19, dispositivo que atribui ao Estado brasileiro a responsabilidade de custear a conservação e reparação de bens tombados quando comprovada a incapacidade financeira dos proprietários, reafirmando o caráter público da política de preservação do patrimônio cultural.

Portanto, a centralidade das ações do Canteiro Modelo Vila Boa – Ybipitanga pauta-se em um grande desafio do tempo presente: a conjugação da preservação do patrimônio cultural com o crescimento da desigualdade social na área tombada. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024), a Cidade de Goiás possui 24.071 habitantes, dos quais cerca de 75% residem na área urbana, sendo classificada como

município de pequeno porte II. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2024) indicam que 5.339 indivíduos vivem em situação de pobreza, 1.224 em extrema pobreza e 2.865 em condição de baixa renda, segundo critérios de renda familiar per capita. Tais indicadores evidenciam a expressiva incidência de vulnerabilidade socioeconômica no município (Santos et al., 2024).

Esse quadro se complexifica na área urbana tombada, onde se concentram 24,8% da população municipal, distribuída em 2.181 domicílios. Estes elementos fundamenta uma participação central do Serviço Social e sua interface com a política de preservação do patrimônio cultural.

2. Contribuições do Serviço Social no Canteiro Modelo Vila Boa- Ybipitanga: potencialidades de intervenção social.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada por lei e insere-se no âmbito das profissões que intervém diretamente na mediação das expressões da questão social, articulando intervenção técnica, dimensão ético-política e produção de conhecimento. Fundamentada em formação acadêmica e registro profissional, sua atuação compreende um conjunto de competências e atribuições privativas do assistente social. Entre suas principais competências, destacam-se a elaboração, implementação e avaliação de políticas sociais; o planejamento e administração de serviços e benefícios; a realização de estudos e pesquisas; a orientação a indivíduos, grupos e comunidades na defesa de direitos; e a assessoria a órgãos públicos, privados e movimentos sociais. Já entre as atribuições privativas, evidenciam-se a coordenação e supervisão de projetos e equipes; a realização de perícias, laudos e pareceres técnicos.

O Serviço Social possui uma feição contemporânea orientada pelo reconhecimento da liberdade e das demandas políticas a ela inerentes, defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, defesa da democracia, posicionamento em favor da equidade e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, garantia do pluralismo, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e o aprimoramento intelectual (CFESS, 2011).

Com base nessas dimensões estruturantes da profissão e no desenho institucional do Programa Conviver, materializado no Canteiro Modelo Vila Boa – Ybipitanga, o Serviço Social se insere de forma crítica e propositiva, contribuindo para a ampliação da leitura sobre as

necessidades sociais que emergem das populações residentes na área tombada. Trata-se de uma intervenção profissional que se constitui no interior das contradições próprias das relações sociais capitalistas, tensionadas por processos de desigualdade, precarização e negação de direitos, exigindo mediações qualificadas entre preservação do patrimônio, reprodução social e acesso às políticas públicas. Em outras palavras, a profissão se inscreve “no processo de reprodução das relações sociais, ante às profundas transformações que se operam na organização e consumo do trabalho e nas relações entre o Estado e a sociedade civil com a radicalização neoliberal” (Iamamoto, 2009, p. 368).

Nesse sentido, o Serviço Social organiza sua intervenção a partir de dimensões estratégicas articuladas, que orientam a análise da realidade e a construção de respostas profissionais qualificadas.

a) Leitura social do território e produção de conhecimento

O Serviço Social contribui produzindo leitura crítica da realidade social dos moradores da área tombada na cidade de Goiás-GO, identificando renda, composição familiar, precariedade habitacional, inserção em políticas públicas, demandas sociais e condições de permanência no território. Isso é essencial porque a preservação deixa de ser apenas uma demanda do imóvel e passa a ser compreendida como demanda de reprodução social da família.

De modo específico, as ações estratégicas voltadas à produção do conhecimento socioterritorial fundamentaram-se na análise sistemática dos dados do Cadastro Único do Governo Federal, articulada à varredura realizada na área tombada. Essa abordagem possibilitou apreender, com maior rigor analítico, as dinâmicas de desigualdade que estruturam a realidade social dos moradores do sítio histórico. Ademais, as ações foram orientadas para a compreensão das condições de vida das famílias diretamente atendidas pelas intervenções arquitetônicas desenvolvidas pelo Projeto Ybipitanga, evidenciando as mediações entre preservação patrimonial, desproteção social e acesso a direitos.

b) Encaminhamento e articulação com a rede socioassistencial e habitacional

O Serviço Social atua no encaminhamento, providências e orientação sobre políticas públicas de habitação e preservação cultural. Isso pode ser desenvolvido como competência

de articulação intersetorial, conectando patrimônio, assistência social, habitação, eventuais benefícios, regularização e outras respostas públicas.

No entanto, o que mais se destaca nesse processo de articulação com a rede socioassistencial e habitacional foi a construção do Fluxo Institucional e Protocolos de atendimento entre o Canteiro Modelo Vila Boa- Ybipitanga, Iphan e a Secretaria Municipal de Assistência Social para promoção de projetos de assessoria técnica na elaboração de projetos arquitetônicos para moradores da área tombada em situação de desproteção social.

O fluxo de atendimento organiza-se em etapas que envolvem desde a demanda espontânea e o cadastramento até a avaliação técnica e social integrada, planejamento da intervenção, execução e acompanhamento continuado. Destaca-se a centralidade da articulação interinstitucional e da participação social, com critérios de elegibilidade que priorizam situações de maior vulnerabilidade e risco estrutural dos imóveis, além da inserção das famílias nas políticas de assistência social. O Serviço Social atua em todas as etapas do processo. No entanto, destaca-se na continuidade do cuidado institucional, evitando que a intervenção física no imóvel seja dissociada das condições de vida da família.

O fluxo consolida uma gestão interinstitucional e participativa da comunidade e sociedade em geral na preservação do patrimônio cultural através de um conjunto de instrumentos técnicos e procedimentos que garantem a formalização, o monitoramento e a avaliação das intervenções, incluindo requerimentos, documentação comprobatória e termos de compromisso. Essa estrutura reforça uma perspectiva de gestão democrática e integrada, orientada pela produção de respostas públicas qualificadas que articulem conservação do bem tombado e proteção social.

Figura 1:

Cartilha Fluxo de solicitação de projeto para conservação de imóveis tombados de famílias de baixa renda- Goiás (GO).



Fonte: Ybipitanga (2025).

c) Atividades socioeducativas

Entre as intervenções do Serviço Social, destaca-se a mediação e democratização do acesso aos direitos, mediante a mobilização e articulação da rede de serviços, a socialização de informações e o encaminhamento qualificado das demandas, contribuindo para viabilizar o acesso às políticas públicas e fortalecer os sujeitos sociais em seus processos de reivindicação. Essa atuação ganha centralidade na interface com as políticas urbanas e de preservação, especialmente diante das situações que envolvem permanência, uso do espaço e condições de moradia em áreas protegidas e novos sentidos para preservação do patrimônio cultural, seus saberes e fazeres.

Figura 2

Conexões com o Patrimônio Cultural – ação educativa.



Fonte:

Ybipitanga (2025).

d) Participação e mobilização social

As contribuições do Serviço Social destacam-se no fortalecimento da organização popular e dos sujeitos coletivos, na qual o trabalho profissional se orienta pela articulação com movimentos sociais, pelo respeito às formas próprias de organização comunitária e pelo incentivo à construção de estratégias coletivas de enfrentamento das desigualdades. Trata-se de potencializar a participação ativa da população usuária, reconhecendo-a como protagonista na leitura e transformação de sua realidade social.

Ademais, desenvolve a mediação política e ampliação dos espaços democráticos, que envolve a mobilização para o controle social das políticas públicas, a transparência nos processos decisórios e o estímulo à participação qualificada em instâncias institucionais de fomento as Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural. Essa atuação é fundamental para

garantir que as intervenções em áreas tombadas não se limitem a soluções técnicas, mas incorporem as demandas sociais e os direitos das populações residentes.

Dessa forma, no âmbito do Ybipitanga, o caráter organizativo e de mobilização popular reafirma-se como dimensão central da intervenção profissional, orientada pela construção de processos participativos, pela defesa de direitos e pela articulação entre patrimônio cultural, território e luta social, em um contexto marcado por tensões, disputas e contradições próprias da sociabilidade capitalista.

e) Dimensão da assessoria, supervisão e formação

As ações de assessoria, supervisão e formação podem ser sintetizadas como um eixo estruturante voltado à qualificação crítica da intervenção profissional e à produção de mediações entre conhecimento técnico, normativo e realidade social na área tombada da cidade de Goiás.

A proposta interventiva do Canteiro Modelo Vila Boa orienta-se pela oferta de assessoria técnica pública e gratuita aos moradores da área tombada, com vistas à preservação do patrimônio cultural articulada às condições concretas de vida da população. Nesse contexto, o Serviço Social tem incidido de forma propositiva na formulação de programas, projetos e ações que convertem necessidades e demandas sociais em respostas públicas qualificadas. Destacam-se, nesse percurso, a construção de tecnologias sociais voltadas à leitura e apropriação dos projetos arquitetônicos, por meio das quais o Serviço Social atua na tradução das linguagens técnicas e institucionais, reduzindo assimetrias informacionais e fortalecendo a participação dos moradores, aspecto decisivo em um campo historicamente marcado pelo tecnicismo e pela baixa interlocução popular. Ademais, evidenciam-se a estruturação de fluxos de atendimento social, a articulação com equipamentos públicos e privados de proteção social, incluindo intervenções em instituições de saúde e de longa permanência para pessoas idosas, bem como a formulação de propostas interventivas voltadas à recuperação de moradias, como a requalificação de coberturas em domicílios de famílias em situação de desproteção social.

Ademais, consolida-se a dimensão de formação continuada e desenvolvimento de metodologias participativas, voltada à qualificação permanente do trabalho social na área tombada, à elaboração de instrumentais e ao fortalecimento de práticas pedagógicas que reconheçam as potencialidades dos sujeitos sociais. Dessa forma, no Projeto Ybipitanga, a

assessoria, supervisão e formação configuram-se como mediações fundamentais para a qualificação do trabalho profissional, permitindo ao Serviço Social atuar de maneira crítica, propositiva e comprometida com a defesa de direitos, a democratização do acesso à cidade e a integração entre patrimônio cultural e proteção social.

Por fim, pode-se destacar a contribuição do Serviço Social no planejamento, gestão e coordenação pedagógica a partir de uma perspectiva crítica, interdisciplinar e orientada pela garantia de direitos. Nessa direção, o Serviço Social subsidia a equipe com informações sociais, econômicas e culturais qualificadas, contribuindo para a construção de diagnósticos que orientem intervenções mais adequadas à realidade dos grupos sociais e à complexidade dos territórios tombados. Em específico, a afirmação do planejamento socioterritorial integrado, que compreende a moradia e o território como espaços vivos, atravessados por histórias, vínculos, afetividades e condições objetivas de existência.

Figura 3:

Ações de gestão do Projeto Ybipitanga.



Fonte: Ybipitanga (2025).

Apesar dos avanços políticos e institucionais, faz-se necessário destacar alguns desafios centrais ao pensar a proposta em uma perspectiva de totalidade social: destacam-se, nesse cenário, as limitações institucionais e orçamentárias para a efetivação de respostas públicas contínuas, a fragmentação das políticas sociais e urbanas, bem como a persistência de assimetrias informacionais que dificultam o acesso da população aos seus direitos.

Soma-se a isso a complexidade das situações de vulnerabilidade, atravessadas por pobreza, precariedade habitacional e insuficiência de proteção social, exige do Serviço Social a construção de mediações qualificadas e intersetoriais, em um contexto marcado por contradições estruturais e pela insuficiência de políticas públicas capazes de integrar, de forma efetiva, preservação cultural e justiça social.

Conclusão

Defende-se, no decorrer deste artigo, que os Canteiros Modelos de Conservação (Programa Conviver, Iphan) são expressão de um novo desenho institucional inovador, ao promover a integração entre assessoria técnica pública, formação profissional, participação comunitária e atuação interinstitucional, especialmente em territórios marcados pela desproteção social. Ao deslocar o enfoque exclusivo na conservação material para uma abordagem que incorpora as condições de vida dos moradores, os canteiros-modelo contribuem para redefinir o papel das políticas de patrimônio cultural, aproximando-as das políticas de proteção social. Nesse sentido, constituem-se como um novo paradigma de intervenção pública, ao reconhecer que a efetividade da preservação depende da permanência digna das populações nos territórios tombados, exigindo respostas coletivas, territorializadas e socialmente referenciadas.

Neste contexto, propostas como o Projeto Ybipitanga - Canteiro Modelo Vila Boa consistem em uma experiência inovadora voltada à assessoria técnica para preservação de bens edificados com foco nas famílias em situação de desproteção social. O Serviço Social foi essencial para a construção de estratégias que unissem a dimensão técnica e a dimensão social das práticas de preservação. O trabalho desenvolvido, ancorado em princípios ético-políticos e fundamentos técnico-operativos, resultou na formulação e institucionalização de um Fluxo de Atendimento Institucional e Social, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho

e Habitação. Esse instrumento passou a orientar de modo integrado o atendimento a famílias de baixa renda, definindo critérios de elegibilidade, mecanismos de encaminhamento e ações articuladas entre as políticas de assistência, habitação e preservação cultural.

Assim, no âmbito do Projeto Ybipitanga, o Serviço Social se afirma como mediação essencial entre a preservação do patrimônio cultural e a reprodução social das famílias, orientando sua intervenção pela perspectiva da totalidade, pela defesa intransigente dos direitos e pela construção de processos participativos que integrem território, cultura e proteção social. Conclui-se, portanto, que a preservação do patrimônio cultural não deve se restringir à conservação, mas precisa ser associada à promoção social, articulando políticas públicas existentes e construindo desenhos institucionais que ampliem a percepção de proteção social e preservação do patrimônio.

REFERÊNCIAS

- Conselho Federal de Serviço Social. (2011). *Código de ética do/a assistente social: Lei nº 8.662/1993 e Resolução CFESS nº 273/1993*. CFESS.
- Iamamoto, M. V. (2009). Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In Conselho Federal de Serviço Social & Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Orgs.), *Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Censo demográfico 2024: Resultados preliminares*. IBGE.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2025). *Programa Conviver*. <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/programa-conviver>
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2024). *Relatórios e bases de dados sobre pobreza e baixa renda no Brasil*. MDS.
- Motta, L. (2000). A apropriação do patrimônio urbano: Do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In A. Arantes (Org.), *Espaço da diferença*. Papyrus.
- Name, L., & Zambuzzi, M. (2019). Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e a colonialidade do patrimônio material e imaterial. *Revista Epistemologias do Sul*, 3(1), 142–163. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2448>
- Oliveira, K. C. (2025). *Habitar o patrimônio: Práticas cotidianas e disputas na preservação dos bens edificados* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia.
- Oliveira, K. C., et al. (2024). Assessoria técnica e preservação de sítios urbanos: Desafios e potencialidades no canteiro modelo e experimental da cidade de Goiás. In *Arquimemória: Encontro internacional sobre preservação do patrimônio edificado* (6., 2024). Even3. <https://www.even3.com.br/anais/arquimemoria6/>
- Santos, J. M. dos, et al. (2024). Estudo sobre desigualdade social e desafios contemporâneos para formulação e implementação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. In *Anais do Arquimemória 6: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado*. SENAI CIMATEC. <https://www.even3.com.br/anais/arquimemoria6/860346-ESTUDO-SOBRE-DESIGUALDADE-SOCIAL-E-DESAFIOS-CONTEMPORANEOS-PARA-FORMULACAO-E-IMPLEMENTACAO-DE-POLITICAS-PUBLICAS->
- Smith, L. (2021). Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, 21(2), 140–154. <https://doi.org/10.18472/cvt.21n2.2021.1957>